

Febre antieconomista começa a se alastrar

Antes compradas a peso de ouro, as análises dos economistas estão caindo em desgraça

ALUIZIO MARANHÃO

RIO — Depois de 27 anos seguidos no poder, de Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões a Zélia Cardoso de Mello, o economista, esse profissional de idéias bem construídas e linguagem difícil, caiu em desgraça. Mesmo em países de baixa inflação, a febre antieconomista pegou, a julgar pela reportagem de capa da última edição da revista norte-americana de negócios **Forbes**, que anuncia o momentâneo ocaso da profissão, comprovado pela tendência das empresas norte-americanas de não mais levar a sério as análises desses especialistas, até bem pouco tempo atrás compradas a peso de ouro. No Brasil, para acelerar ainda mais a queda de cotação do economista, entrou-se no zodíaco do "entendimento nacional", a ser costurado dentro do Poder Legislativo, longe do técnicos. Teria

chegado a hora de os políticos tentarem resolver os problemas acumulados nas últimas duas décadas.

Os próprios economistas estão de acordo. "Até porque os problemas são políticos", explica o dublê de economista e político César Maia, deputado federal fluminense pelo PDT. Ele e o professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC), do Rio, Dionísio Carneiro, porém, ressaltam que a crise atual não pode ser debitada aos economistas mas às decisões políticas dos governos. O que não deixa de ser mais combustível para a polêmica.

Afinal, ilustres personagens da vida pública do País já fizeram mira nessa profissão. O banqueiro Amador Aguiar, recentemente falecido, comentava que construiu e consolidou o Bradesco, o maior banco privado do País, sem ler um livro de economia. Essa mesma receita já propôs o pecuarista Tião Maia, o rei do gado no Brasil até o início dos anos 70, época em que se desilidiu do País e se mudou para a Austrália, onde multiplicou sua fortuna, em dólares. Tam-

bém sem dar ouvido a economistas, garante. "Se ganho mais do que gasto, não preciso de economistas. Se gasto mais do que ganho também não preciso, porque nenhum economista dará jeito", gosta de dizer Maia. Até motivo de piadas o economista se tornou, lapidadas algumas vezes por colegas de ofício. Um dos mais festejados representantes da categoria, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, por exemplo, costuma brincar: quando dois economistas discutem há sempre três ou mais idéias em jogo.

A provável volta ao parlamentarismo poderá levar a um longo ostracismo para o ofício de administrador de débitos e créditos e formulador de políticas monetária, fiscal, de rendas e similares. Pois, num regime em que o poder migraria do Palácio do Planalto em direção ao Congresso, será natural que o ministro da economia venha a ser um parlamentar. Talvez ajude se ele for economista de formação. Mas caberia aos profissionais "puros" pilotar gabinetes no segundo escalão do Ministério para executar

com coerência técnica estratégias estabelecidas por quem se sustenta em votos e não em um currículo universitário.

O cenário não é mau, para o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) João Paulo de Almeida Magalhães: "O político montará sua equipe sem igrejinhas." Magalhães viveu um mês no poder. Foi em 62, na curta gestão de Jânio Quadros, quando levou 30 dias para se instalar em uma sala na condição de chefe da assessoria de planejamento do presidente da República. Mas, assim que começou a trabalhar efetivamente, o presidente renunciou. Desde então, Magalhães, professor da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), passa ao largo de governos. "O normal é que o político comande o processo", afirma.

O último ocupante do mais importante posto na ponte de comando da economia que não tinha o diploma do ramo foi San Thiago Dantas, advogado brilhante, que no governo João Goulart trocou a pasta das Relações Exteriores pelo Ministério da Fazenda, em junho de 62, e lá ficou

um ano. Entrou com uma inflação de 52% ao ano e deixou a pasta quando os preços se aceleravam para atingir o recorde, na época, de 80% ao ano, índice que ilustraria a crise político-militar e a consequente queda do governo.

O mais polêmico economista do ciclo pós-Jango, o atual deputado Delfim Netto (PDS-SP), teve nas mãos as rédeas da economia em agosto de 79 com uma inflação de 77% anual e, quase cinco anos depois, foi assumir de vez sua vocação política enquanto os índices cavalgavam ao ritmo de 220%.

O especialista viveu seu tempo de glória a partir do "milagre" da década de 70. Depois do ajuste antiinflacionário de março de 64 a 68, que leva a assinatura da dupla Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões, o técnico, apelidado de tecnocrata, saboreou o ciclo de alegre combinação de um rápido crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) com preços domados. Mesmo após o início do já longo ciclo de turbulências, nos últimos momentos da déca-

da de 70, ainda foi o economista quem ocupou os espaços. Mas, toda vez que suas fórmulas fracassavam, menos animação cercava a chegada do novo técnico. O último a gozar de grande popularidade, embora efêmera, foi Dilson Funaro, o pai do Plano Cruzado. Funaro pode ser enquadrado na categoria dos técnicos/empresários, condição em que chegou ao Ministério da Fazenda, quando, à frente de um plano ousado que lançava na moda o termo "heterodoxia", se converteu em uma espécie de ídolo popular. Mas só enquanto a inflação deixou. Nesse debate, o depoimento de Octávio Gouvêa de Bulhões, falecido no ano passado, seria bem-vindo, pois ele viveu intensamente a fronteira das duas épocas, de San Thiago a Delfim. Mas no depoimento que deu ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, Bulhões alertou: "Técnico sem estadista pouco vale."

□ (Colaboraram Jô Galazi e Gleise de Castro)